

Historicidade e geograficidade do Pateo do Collegio, coração do centro histórico de São Paulo

Historicity and Geographicity of the Pateo do Collegio,
the heart of Sao Paulo Historic Center

IVAN FORTUNATO*

Resumo: Este artigo é sobre o Pateo do Collegio, lugar do Centro Histórico da cidade de São Paulo. Trata-se de um lugar de fé e memória para a cidade de São Paulo, enquanto sítio reconhecido como local de fundação da vila de Piratininga no ano de 1554, pelos padres jesuítas. Para desenvolver este estudo, investigamos a história do lugar, cotejando-a com distintos contextos geográficos e culturais. O foco deste artigo está nos primeiros centenários da história do Pateo, o que demanda uma incursão complexa pelos caminhos dos jesuítas e do próprio desenvolvimento de São Paulo de Piratininga. Assim, apresentamos e discutimos a respeito da geografia do sítio original da cidade, reconstituindo o percurso jesuíta até a data simbólica do batismo do lugar em 25 de janeiro de 1554, e a trajetória do lugar durante os anos de ocupação jesuíta até tornar-se residência do governo da capitania, nos anos 1760.

Palavras chave: Pateo do Collegio. Centro histórico de São Paulo. Historicidade. Geograficidade. Geografia da Paisagem. Geografia Humanista.

Abstract: This paper is about the Pateo do Collegio, at the Historic Center of the city of São Paulo. It is a place of faith and memory for the city of São Paulo, as a site acknowledged as the founding site of the Piratininga village in the year of 1554, by Jesuit priests. In order to develop this survey, we investigated the history of the place, comparing it with different geographical and cultural contexts. The

* Doutor em Geografia (Rio Claro, 2014) e graduado em Pedagogia (Araraquara, 2005), ambos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Líder do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente (NuTECCA). Editor da revista Hipótese e coeditor da Revista Brasileira de Iniciação Científica. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus de Itapetininga - SP - Brasil. E-mail: ivanfrt@yahoo.com.br.

focus of this article is the first centenaries of the history of the Pateo, which requires a complex foray into the Jesuits steps and the development of São Paulo of Piratininga itself. Thus, we present and discuss about the geography of the city's original site, recreating the Jesuit steps toward the symbolic date of the land baptism on January 25, 1554, and the history of the place during the years of Jesuit occupation until it became the residence of the captaincy government in the years 1760.

Keywords: Pateo do Collegio. Sao Paulo Historic Center. Historicity. Geographicity. Landscape Geography. Humanistic Geography.

Introdução

Daquele “Pátio do Colégio”, o ponto de partida do passado para o futuro, a vila de Piratininga, se espalhou pelas colinas em busca das várzeas, subindo os espigões, atingindo vales, se cambiando de cores, de estilos, de fachadas, rasgando avenidas e perfurando túneis, com caras novas, se transformando em uma grande metrópole. Porém, continuando um lugar, um aconchego para os migrantes que aqui se instalaram e continuam a procurá-lo (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Neste artigo¹, estudamos a “biografia” de um lugar muito particular do Centro Histórico de São Paulo: o Pateo do Collegio, local identificado como pedra fundamental da cidade. Para desenvolver este estudo, investigamos sua história cotejada com distintos contextos geográficos e culturais. Isso porque conhecer esse lugar peculiar requer localizá-lo no coração da cidade de São Paulo, bem como saber descrevê-lo em seus elementos concretos; identificar e reconhecer seus aspectos simbólicos; e conhecer suas transformações morfológicas e culturais ao longo dos anos, aos quais só temos acesso quando recuperamos seu passado. Ao conhecer o Pateo, vamos descobri-lo enquanto “ponto de partida do passado para o futuro”, de Piratininga à Metrópole, e como lugar que ainda conserva seu aconchego primitivo.

Lomonaco (2004, p. 113), ao abordar a história desse lugar, declarou que o Pateo do Collegio é um lugar de muitas memórias. Recuperá-las, portanto, equivale a conhecê-lo melhor e, quem sabe, ampliar suas potencialidades de valor e afetividade. A própria autora alerta para a necessidade de se esmiuçar seu passado repleto de inúmeras transformações culturais e morfológicas. Essa

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir de elementos de tese de doutoramento em Geografia apresentada ao programa de pós-graduação da UNESP, Rio Claro, sob orientação da Profa. Dra. Livia de Oliveira.

história começa nos anos 1550, com a chegada dos jesuítas e a construção de uma “pobre casinha” no alto da colina (onde se assenta, hoje, o centro histórico paulistano), e se desenvolve ao longo de mais de quatro séculos e meio de existência cultural variada e diversa. E, ao vivenciar o Pateo do Collegio, encontramos, na paisagem e/ou nas múltiplas experiências do cotidiano, marcas e reflexos de sua longa historiografia e intensa existência multifacetada.

Ao tratar das transformações do lugar, Lomonaco (2004) utiliza o termo *metamorfoses* do Pateo, para se referir às radicais alterações de sua geografia, arquitetura e dos usos desse lugar que, de colégio jesuíta (1554) a Museu Anchieta (1979), acompanharam a evolução da cidade de São Paulo e, com ela, a urbanização que retificou o Rio Tamanduateí e canalizou o Ribeiro Anhangabaú, recebeu o trem e a energia elétrica, foi *espalhando-se* pelas colinas e vales e cresceu verticalmente. O termo metamorfose do lugar foi empregado, especificamente, para tratar das mudanças na edificação central do Pateo do Collegio, hoje Museu e Igreja Anchieta. Na época de ocupação jesuíta, o conjunto colégio-igreja foi construído, ampliado, reformado, abandonado, recuperado e reconstruído até a desocupação jesuíta e tomada pelo governo estadual. Depois, no início da República, o conjunto fora demolido para dar lugar a uma nova construção, sendo novamente demolida e reconstruída na época do quarto centenário da cidade, celebrado em 1954.

O foco deste artigo está nos primeiros centenários da história do Pateo do Collegio, o que demanda uma incursão complexa pelos caminhos dos jesuítas e do próprio desenvolvimento de São Paulo de Piratininga. Ao refazer seu caminho de metamorfoses, abordamos, em idas e vindas, a geografia do sítio original da cidade de São Paulo, o percurso jesuíta até a data simbólica do batismo do lugar, em 25 de janeiro de 1554, e a trajetória do lugar durante os anos de ocupação jesuíta até tornar-se residência do governo da capitania, na década de 1760.

E enquanto buscávamos elementos para recompor a biografia do lugar, encontramos inspiração em Alves (1975) que, ao tentar reconstituir sua complexa história, afirma: “nesta seqüência de apreciações sobre o Pátio do Colégio, somos apenas movidos por um sincero e ardente desejo: o de esclarecer pontos obscuros da nossa história e tradição” (ALVES, 1975, p. 68). E além de nosso sincero desejo de entender o que foi ocultado, ou mesmo abandonado de seu passado, tencionamos ampliar essa recuperação biográfica como forma de iluminar ainda mais os significados simbólico, telúrico e de lugar no Pateo, revelando seu valor basilar para a cidade de São Paulo.

Pateo: lugar, história e memória da cidade de São Paulo

Ora, a cidade é primeiramente um espaço, talvez indiferenciado antes que homens o ocupem; mas a maneira como, ao longo dos séculos ou dos anos, eles escolhem se distribuir nesse espaço, a maneira como as diversas formas de atividade política, social, econômica, se inscrevem no terreno, nada disso se faz ao acaso, e é apaixonante investigar se as cidades se diferenciam em tipos e se é possível discernir constantes em sua estrutura e seu desenvolvimento (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 13).

Quase sempre, para se conhecer uma cidade e diferenciá-la das demais, as estratégias são antropológicas: caminhar, observar, anotar, conversar, ou são historiográficas: datas, acontecimentos políticos, sociais e/ou econômicos. De fato, as cidades são produções humanas e históricas. Contudo, debaixo das construções, ordinárias e simbólicas, e sob o traçado das ruas, existe, antes da organização sociocultural, uma geografia. Pierre George (1971), ao refazer a ação humana sobre a Terra, explica que, desde a primeira forma de organização do espaço, a existência de água e o tipo de solo, clima e relevo, foram condicionantes indispensáveis para o assentamento e permanência dos seres humanos nos lugares – as cidades, inclusive, se originaram em áreas de várzea, onde o solo fértil possibilitara a plantação, e não socialmente, como locais de encontro para ritos e outros cerimoniais, como poderia acreditar Mumford (1965).

Dada essa indissociável relação entre a geografia e a origem das cidades, devemos complementar a afirmação que fez Lomonaco (2004) sobre o fato de a cidade de São Paulo ter nascido em um colégio, em referência à construção jesuítica de Nóbrega e Anchieta, dos anos 1550. Com isso queremos destacar que embora o Pateo do Collegio seja reconhecido como berço de São Paulo de Piratininga, a vila foi fundada e se desenvolveu ao longo dos séculos até seu tamanho e importância mundial que tem hoje graças a uma escolha certa: o estabelecimento dos jesuítas no alto de uma colina cercada pelo Rio Tamanduateí e pelo Ribeiro Anhangabaú, ou seja, um lugar estratégico, que oferecia água, alimento e proteção.

Para entender melhor esse relacionamento entre a cidade de São Paulo e a geografia do seu lugar de origem, encontramos explicação em Richard Morse que, no extenso livro que trata da formação história dessa cidade, explica que “o contraste entre a metrópole vertiginosa de hoje e as suas modestas origens coloniais torna-se menos violento quando passamos em revista as suas múltiplas funções históricas e a combinação de acidentes geográficos e energias

humanas que as determinaram” (MORSE, 1970, p. 36). Ao reconstituir a historiografia de São Paulo, o autor demonstra que a cidade evoluiu não apenas em território e número de habitantes, mas também financeira e administrativamente, passando de Vila (1560) para Capitania (1681), depois para Cidade (1711), até se tornar Metrópole (1973). Morse (1970) refaz os caminhos percorridos pela cidade e apresenta suas distintas funções culturais, desde sua fundação oficial até a era republicana, em uma reconstituição que nos ajuda a entender melhor o lugar, em especial a importância da sua geografia.

Segundo o autor, a primeira função do lugar, que prevaleceu desde Vila até Capitania, era fundamentalmente religiosa e a presença do colégio jesuíta construído no alto da colina favorecia a irradiação da força da fé cristã na catequese dos nativos. Morse (1970), então, destaca a importância da localização do lugar, ao situá-lo como acrópole defensiva contra ataques indígenas (os tamoios) nas primeiras décadas de ocupação jesuíta. Mais do que acrópole, explica o autor, porque a localização geográfica do berço de São Paulo teria fundamental importância na construção das estações e linhas ferroviárias, no século XIX, porque o Planalto de Piratininga era lugar ótimo para recepção, armazenagem e distribuição da produção que ia e vinha do porto de Santos. Segundo o autor, a ferrovia seria fundamental no desenvolvimento urbano da cidade que, a partir de seu núcleo histórico, cresceria e se desenvolveria com o capital da cafeicultura e a chegada dos imigrantes, que investiriam na urbanização da área central, no limiar dos séculos XIX e XX, e pelo capital da indústria e das instituições financeiras, a partir dos anos 1920, levando à verticalização da área na segunda metade desse mesmo século.

Com Morse (1970), vimos que há, na evolução histórica da cidade de São Paulo, um entrelaçamento muito íntimo entre tempo e espaço, entre história e geografia, entre historicidade e geograficidade, que configuram sua identidade. Conhecer o Pateo do Collegio como lugar implica retornar às suas origens, e esse retorno, portanto, quer dizer conhecer não apenas a sua história, porque essa jamais se desgarra da geografia do lugar. E há algo ainda muito mais significativo na história do Pateo, porque, conforme estudamos a sua história e a história da própria cidade que ali nasceu e dali foi se expandindo, entendemos o quanto elas estão imbricadas, principalmente nos primeiros séculos de sua existência, quando São Paulo era o Pateo, e vice-versa, e os seus desdobramentos ou eram reflexos ou refletidos no coração da cidade.

Entendemos a historicidade como o ato intencional de recuperar em tempo e espaço as ações humanas pretéritas, de forma a se tornar consciente

do lugar presente. Para Tuan (1985, p. 156), a história é fundamentalmente cultural, uma criação humana cuja função vai muito além de situar cronologicamente a passagem dos eventos, porque é pela história que se recupera a experiência individual e coletiva e, com ela, nossas relações com os lugares. A leitura de Tuan (1985) expressa a importância de se conhecer o passado como forma de entender a construção da identidade coletiva de um lugar. O passado de um lugar permanece, portanto, registrado no próprio lugar, como constatou Halbwachs: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura [...] e não seria possível recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (1990, p. 143).

Recuperar o passado não é apenas nostalgia, não é somente recordar e/ou celebrar momentos que não se recuperam mais. O passado somente é deixado para trás quando analisado pela ótica da domesticação do tempo, por meio de um calendário que se move sempre para frente. A história nos ensina a olhar o passado para entender o presente e construir o futuro. Essa é, também, a história dos lugares.

Nossas experiências de lugar, no entanto, parecem resistir ao tempo. Construções, estradas e costumes locais, que são as manifestações mais óbvias de uma lenta mudança do cenário variável de vidas individuais. Retornamos ao lugar onde crescemos e embora possa haver novas construções e pessoas, isso permanece no mesmo lugar. No caso do lugar ter sido completamente reconstruído, ficaremos consternados, pois lugar implica continuidade (RELPH, 2012, p. 28).

Com Relph (2012), queremos lembrar que o lugar pode ser transformado, alterado, desbastado, elevado, planejado, desmatado, contudo, continua sendo o mesmo lugar. Essa é uma inferência muito próxima ao que Dardel já havia notado sobre o mundo construído, que “apaga e submerge o desenho natural dos lugares” (2011, p. 29). Com isso, podemos olhar para o Pateo do Collegio em 2015, no coração do centro histórico da São Paulo Metrópole e afirmar que, embora muito diferente do seu sítio original, o lugar permanece o mesmo. Em retrospectiva, o Pateo do Collegio foi envolvido nas transformações da paisagem urbana da cidade, na transição do século XIX para o século XX. O lugar também foi o centro da cidade provinciana dos séculos XVII e XVIII, e núcleo de uma pacata vila, muito pobre, de poucos habitantes, de ruas e casas de barro no século XVI. Anterior à vila, o lugar abrigou o colégio dos jesuítas na década de 1550. E antes do colégio, sua história revela que os jesu-

ítas chegaram à colina graças à aproximação dos índios liderados pelo cacique Tibiriçá, que já habitavam o lugar. Portanto, antes mesmo dos índios, o lugar já tinha sua geografia.

E mesmo que a urbanização dos tempos modernos e pós-modernos tenha modificado e obscurecido sua geografia original, ela ainda está presente no centro histórico de São Paulo, e o planalto sobre a colina histórica ainda é estratégico.

A implantação de uma cidade está sobre um relevo, sobre um solo, constituído de rochas e sedimentos; que antes havia uma cobertura vegetal natural, que abrigava pássaros e animais, insetos e répteis; que as águas drenadas eram limpas e potáveis. Especialmente, em cidades grandes, de proporções metropolitanas, estas lembranças são esquecidas (OLIVEIRA, 2009, p. 156).

Nossa meta, então, é recuperar essas lembranças esquecidas sobre a geografia do Pateo do Collegio e, conseqüentemente, da cidade de São Paulo, pois, se o lugar implica continuidade, como vimos com Relph (2012), então para realmente conhecermos esse lugar, temos que compreender que toda sucessão de acontecimentos, transformações, destruições, ocupações etc, constitui parte da complexidade do Pateo. Afinal, conforme anota Marandola Junior, torna-se mais fácil pensar em um lugar quando recuamos no tempo, localizando acontecimentos significativos, quando o lugar “parece mais conectado a uma tradição, a uma experiência profunda de entrelaçamento com a terra” (2012, p. 229).

A geografia do Pateo do Collegio

Deduz-se disso tudo que nessa porção central do Planalto do Piratininga (Planalto Paulistano) a paisagem primária deveria comportar matas de encostas e interflúvios; ilhotas de cerrados em cima das crostas de limonita em um trecho da colina histórica [...]; campos submersíveis nas várzeas do Tamanduateí e Anhangabaú; além de matas beiradas e brejos (AB’SABER, 2004a, p. 118).

Ab’Saber, nos estudos geográficos desenvolvidos sobre cidade de São Paulo, explica que essa área se trata de um “pequeno compartimento de relêvo e uma pequena unidade geomórfica” (2007, p. 63), como se estivesse *espremida* entre áreas de relevo do planalto Atlântico, portanto, distinguindo-se geomorfologicamente das áreas que a cercam. Segundo esse autor, o planalto onde a cidade assentou-se era uma zona excessivamente escarpada, envolta pelo que ele

chamou de “colar de matas e serrinhas”, com densa vegetação florestal e ilhas de umidade, *emoldurada* pelas Serra da Cantareira ao norte, Morro Grande a oeste, Serra de Itapeti ao leste, Serra do Mar ao sul, dentre outras de menor porte. E no interior desta cercadura de serras, havia “um mosaico de colinas tabuliformes e patamares de colinas sulcadas por rios piscosos e navegáveis por canoas” (2007, p. 27), além de planícies com dois a três quilômetros de largueza.

Especificamente sobre o alto da colina histórica, onde está o Pateo do Collegio, Ab’Saber escreveu que o sítio originário da cidade de São Paulo trata-se de “uma colina de vertentes escarpadas e topo relativamente plano (745-750m), situada no ângulo interno da confluência entre o Tamanduateí e Anhangabaú e vinculada a um esporão secundário do Espigão Central” (2004a, p. 97) – mais tarde, sobre o Espigão Central seria construída a Avenida Paulista. Então, a cidade de São Paulo desenvolveu-se nesse *sítio original*, nas planícies de inundação entre os Rios Tietê e Pinheiros, sendo que os primeiros fatos e acontecimentos da história da futura metrópole aconteceram no vale do seu mais importante afluente, que é o rio Tamanduateí, onde havia um ecossistema de florestas ripárias e um ecossistema lodoso. Nas partes mais altas dessas planícies, o solo abrigara uma área de mata de várzea rasteira e frágil, “muito fácil de ser derruída, como de fato foi ao longo dos séculos”, explica Ab’Saber (2004b, p. 28), da qual quase nada resta em São Paulo.

Aliás, ao estudar a geomorfologia da Capital, Ab’Saber (2004a) conta que os nomes cristãos dados aos lugares pelos portugueses – tais como São Vicente, São Paulo, Santo André – em nada colaboraram para a compreensão do lugar. Exemplo de Santo André da Borda do Campo, servindo, conforme Ab’Saber, “como que a denunciar um limite tênue, porém efetivo, entre as grandes matas da Serra do Mar e as primeiras clareiras ou zonas de matas mais baixas e menos densas correspondentes às colinas de São Paulo” (2004a, p. 114). O autor explica que procurou, empiricamente, durante várias excursões pela área de ocupação e fluxo dos portugueses entre São Vicente e Piratininga e afirma não ter encontrado os campos mencionados pela toponímia portuguesa, exceto, talvez alguns descampados naturais, planícies de várzea, terrenos desgastados pela agricultura dos nativos etc. Por isso o autor não aceita, e não utiliza a expressão *Campos de Piratininga*, preferindo o conceito de *Planalto do Piratininga*.

Daí o autor retoma a nomenclatura tupi, cuja atribuição era ecológica e/ou geográfica para compreender melhor este lugar. Aliás, explica Ab’Saber, se

havia nativos no local onde São Paulo seria oficialmente fundada pelos jesuítas, é porque “se tratava de um *sítio cobijado* por sua ampla diversidade de ofertas” (2004b, p. 30), como água para beber e se banhar, peixes para pesca e, dada a dificuldade de se chegar até o local, sua característica de acrópole, oferecendo proteção. “Disso resulta”, afirmou Ab’Saber “que a gente tem que respeitar a toponímia dos que sabiam observar relevo, vegetação e todos os fenômenos da natureza” (2004b, p. 35).

E o que aprendemos com a toponímia nativa? Vejamos, por exemplo, o nome do rio Tamanduateí, que significa “rio do tamanduá bravo”, revelando que ali houve redutos de cerrado, bioma onde vivem os tamanduás. Assim como o nome dado ao local histórico onde os jesuítas escolheriam para assentar a construção do seu colégio, a região de Piratininga, que é “peixe seco ou peixe no seco”, denota que ali havia um ritmo climático diferenciado.

Depois de deixar a região do Ipiranga, o Tamanduateí chegava até o sopé da colina tradicional onde se ergueu o centro histórico, e ali o rio se desdobrava em três estreitos canaletos que transbordavam durante a estação das chuvas. Quando isso acontecia, as águas se emendavam, formando uma ampla várzea. Mas depois vinha a seca do outro ano e então, em certo momento imediatamente posterior ao período de estiagem, os peixes acabavam ficando no seco por entre aqueles canais (AB’SABER, 2004b, p. 34).

Assim, Ab’Saber explica que foi o conhecimento que os índios tinham da ecologia e da geografia da região que levou os jesuítas a se instalarem em “um estratégico pontal colinoso de bordos escarpados situado entre o vale do Tamanduateí e o vale do Anhangabaú” (2004b, p. 44), que se estendia por aproximadamente 1,5 mil metros no eixo norte-sul, e entre 600 e 700 metros no sentido leste-oeste. Da colina escolhida pelos jesuítas para alojar sua missão e construir o complexo colégio-igreja, era possível observar, conforme Ab’Saber, um “vasto panorama do vale do Tamanduateí, descortinando-se o amplo cenário das planícies, colinas e distantes serranias florestadas, desde o Cambuci até a Cantareira” (2004b, p. 45). Um local estratégico que seguia a tradição cristã europeia de instalar suas igrejas em locais de alta visibilidade, oferecendo, assim, horizonte para ver, ser visto, assim como se proteger de ofensivas hostis dos inimigos.

Local estratégico que, segundo Donato (2008, p. 38), levava o nome indígena de Inhapuambuçu, cuja tradução para o português seria a de “morro que se vê de longe”, ratificando a ideia sobre o conhecimento geográfico dos nativos. Dessa maneira, antes da chegada dos jesuítas na região chamada de Pirati-

ninga, especificamente no Inhapuambuçu, onde São Paulo seria fundada no ano de 1554, os nativos já habitavam essa zona de campos e colinas. Também para Prezias (2004, p. 64), o local seria escolhido pelos povos indígenas por conta de sua geografia: rios piscosos, área descampada protegida por colinas escarpadas, terreno de várzea fértil.

A chegada dos portugueses provocou grandes mudanças na vida desses povos. O início do contato foi amistoso, pois o número de lusitanos que se instalaram no planalto era pequeno. Deviam ser naufragos ou degredados, vivendo culturalmente muito próximos aos nativos e gerando filhos mestiços. O mais famoso deles, João Ramalho, deve ter chegado entre 1506 e 1508, como afirma o mesmo Anchieta. Vivia com sua família indígena no planalto, adotando usos e costumes como o arco, flecha e rituais nativos (PREZIAS, 2004, p. 71).

A respeito de João Ramalho, Taunay afirma: “desse povoador primeiro nada se sabe de positivo” (1954, p. 49), exceto que ele habitava o local que seria batizado de Santo André da Borda do Campo, e que era casado com Bartira e, portanto, genro do cacique Tibiriçá. Ramalho é figura importante na história de São Paulo, porque ele aproximaria os padres jesuítas dos nativos que ajudariam na construção do pequeno burgo, vila, cidade, metrópole.

Por conta da aproximação com Ramalho e os indígenas nativos de Piratininga, Cordeiro (1953) ressalta o papel de Manoel da Nóbrega na fundação de São Paulo e escreve sobre seus feitos, inclusive chamando-o de visionário! Segundo esse autor, foram os relacionamentos com Ramalho e Tibiriçá que levaram Nóbrega ao topo da colina histórica, onde, certificando-se da fertilidade do solo, da qualidade do clima e das questões de segurança, havia encontrado o lugar ideal para estabelecer a missão cristã.

O Pateo no batismo de São Paulo

Personagens polêmicos, os jesuítas desembarcaram nas terras recém-descobertas [...] Dentre os seis sacerdotes pioneiros encontrava-se Manuel da Nóbrega, que, cinco anos mais tarde, participava da importante missa oficializando a instalação do Real Colégio de Piratininga. Celebrada pelo padre Manoel de Paiva sob os olhares curiosos dos guianás e tupiniquins, a cerimônia realizou-se em 25 de janeiro de 1554, data que corresponde ao dia da conversão do apóstolo Paulo, justificando assim o nome dado à cidade (TORRES, 2004).

Dia 25 de janeiro é a data em que é celebrado ano após ano, desde 1554, o dia do nascimento da cidade de São Paulo. Trata-se de uma “data-marco”, um

recurso do historiador, explica Alfredo Bosi (1992, p. 20), funcionando como “pontas de *iceberg*”, “pontos de luz” e “símbolos”, analogias que dinamizam o significado estático de uma data e do acontecimento que tenciona encravar no calendário e, portanto, na memória coletiva, implicando que há mais do que o fato memorável, que é todo contexto social, econômico e político envolvendo e transformando o próprio fenômeno. Com isso, queremos ressaltar que o dia 25 de janeiro de 1554 é um ponto luminoso, alertando-nos para a existência de um contexto mais amplo do que o próprio momento imortalizado pelo dia memorável, que foi a fundação de São Paulo.

Na tentativa de lançar mais luz sobre o que ficou obscurecido pela data consagrada, Eduardo Bueno, no dia em que a cidade celebrava 450 anos, afirmou o seguinte: “São Paulo não teve um nascimento, mas vários” (BUENO, 2004, p. 7). Nessa direção, o aniversário de 450 anos da cidade foi uma motivação para essa assertiva do autor, buscando ampliar a compreensão coletiva da própria fundação de São Paulo. O que o autor chama atenção é para os fatos submersos ao simbólico dia 25 de janeiro, inspirando-nos a investigar o batismo de São Paulo no Pateo do Collegio a partir de múltiplas visões. Muito embora tal empreitada não seja fácil, conforme constatamos a partir do seguinte alerta de Taunay: “pobre, pobríssima a nossa iconografia nacional até meados do século XIX. Se em geral a brasileira não é, senão diminuta, a de São Paulo muito mais se apresenta desprovida de elementos do que qualquer da dos outros três núcleos principais das velhas regiões do país, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro” (TAUNAY, 1954, p. 5).

Tal lamentação fora redigida por um dos mais renomados historiadores da cidade de São Paulo, em livro editado e publicado especialmente por conta da celebração do seu quarto centenário. Além de iconografia pobre, outros autores nos lembram de que há poucos textos originais que retratam a história da cidade, a exemplo de Alves (1975, p. 65), que afirma: “os nossos arquivos estão pobres, notadamente em questão de manuscritos, a maioria destruídos ou desviados, diminuindo e restringindo o campo da pesquisa histórica”. Lomonaco também recorda que “a documentação existente sobre as edificações dos jesuítas no Pátio do Colégio, o umbigo da metrópole, reduz-se a cerca de uma dezena de desenhos e pinturas realizados a partir do século XIX e alguns mapas da cidade” (LOMONACO, 2004, p. 120).

E mesmo com poucas referências, Affonso Taunay (1954) ocupou-se de recuperar a trajetória dessa cidade desde o dia da celebração da conversão

de São Paulo, 25 de janeiro, em missa celebrada em 1554, pelo padre jesuíta Manuel de Paiva, em um lugar especial: o alto da colina delimitada pelas águas do rio Tamanduateí e do ribeiro Anhangabaú. O autor relata que São Paulo não era de interesse dos portugueses nos seus primeiros séculos de vida porque, além de ser um local pobre e de poucos habitantes – índios na sua maioria –, estava situada em um planalto de difícil acesso a partir da capitania de São Vicente (fundada em 1532). Na mesma direção, Lopes (1998, p. 16) afirma que o local era economicamente desinteressante para os portugueses, que o deixaram à margem do progresso civilizatório, longe de qualquer relação comercial com a Europa. Essa distância econômica e sua localização de difícil acesso são fatos que também contribuiriam para a ausência de documentos capazes de narrar sua própria história.

E se a cidade carece de suportes à sua história, mais ainda seu núcleo original, o Pateo do Collegio, situado no alto de sua colina histórica, que durante seus dois primeiros centenários foi de responsabilidade dos jesuítas, depois, no século seguinte, foi ocupada e administrada pelos capitães-gerais da província, até a proclamação da República no arrebol do século XIX e alvorada do século XX. Aqui, fazemos um esforço de recuperar trabalhos de historiadores que já se debruçaram sobre os resquícios documentais que abordam o Pateo do Collegio e os jesuítas na região de Piratininga, depois São Paulo. Começamos pelo momento nomeado como antecedentes, em referência ao que (pode) ter ocorrido antes de 25 de janeiro de 1554, a data oficial de fundação de São Paulo.

Tito Ferreira (1975), historiador interessado na presença dos jesuítas no Brasil, escreveu texto específico sobre a fundação de São Paulo, no qual apresenta seus antecedentes mais antigos, explicando o nascimento da Companhia de Jesus desde as trajetórias de Inácio de Loiola pelas universidades de Alcalá de Henares, Salamanca e Paris, até sua viagem para Roma, em 1538, com o propósito de ter reconhecida sua campanha como ordem religiosa, o que somente aconteceria em 1540. E, como já mencionamos, a fundação de São Paulo pelo batismo conduzido no Pateo do Collegio e a trajetória da Companhia de Jesus de Loiola estão intrinsecamente relacionados.

Nesse texto, Ferreira (1975) explica que os trabalhos educacionais da Companhia iniciaram na cidade de Lisboa, em 1539, antes mesmo de seu reconhecimento pelo Papa. Eram os filhos dos nobres seus alunos. Entre os anos de 1539 e 1548, a Companhia teria se firmado como instituição educadora,

ao serem criados, pelo Rei Dom João III, o Real Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e o Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra. Esse rei criou o Estado do Brasil, no ano de 1548, e nomeou o Padre Manoel da Nóbrega como primeiro secretário da educação desse estado recém-criado. No Brasil, Nóbrega estabeleceu, em 1549, a primeira escola em Salvador e, em seguida, os reais colégios de Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo e São Vicente.

Em 31 de agosto de 1553, Nóbrega se encontraria em Santo André da Borda do Campo com João Ramalho, nomeado por Ferreira (1975, p. 13) como “o mais antigo homem (português) que está na terra”, que era genro do cacique do Planalto de Piratininga, que é Tibiriçá². Ainda, o autor afirma que os índios de Tibiriçá ajudaram Nóbrega a “erguer o rancho de pau-a-pique, coberto de sapé”, no alto da colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, onde se instalaria o Real Colégio de Piratininga, cujo primeiro mestre-escola seria o Irmão Antônio Rodrigues. Em poucas palavras, Ferreira (1975) narra a trajetória de Nóbrega, de Salvador até a Capitania de São Vicente e, nessa reconstituição, afirma que o nascimento de São Paulo de Piratininga, e a primeira construção no alto da colina, não aconteceram no dia 25 de janeiro de 1554, mas em 31 de agosto de 1553, quando Nóbrega esteve em Piratininga e, em sede provisória, catequizou cerca de 50 catecúmenos. No entanto, a data consagrada é o dia da conversão de São Paulo.

Passadas as festas de Natal, Ano Bom e Reis, os jesuítas, sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega começam a escalada árdua da serra de Paranapiacaba. Atingem o planalto. Descansam em Santo André, na casa de João Ramalho. Chegam ao rancho, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, onde o Irmão Antonio Rodrigues ensinava os curumins a ler, escrever e cantar [...] E Nóbrega nomeia o Padre [Manoel de] Paiva para celebrar a missa padroeira de 25 de janeiro de 1554 [...] a cena é simples, o cenário grandioso (FERREIRA, 1975, p. 14).

Nas outras obras sobre o Pateo do Collegio, pouco encontramos sobre os antecedentes do dia 25 de janeiro de 1554. Vejamos.

Affonso Taunay (1954, p. 25) aborda o período anterior a 25 de janeiro de 1554 em poucas linhas, inferindo que Nóbrega, “provavelmente por instigação do *Abarebebe*”, estabelecera, em 30 de agosto de 1553, sede provisória de um colégio para catequese dos índios do solo de Piratininga – *Abarebebe* ou *Padre Voador* eram alcunhas do Padre Leonardo Nunes, um dos padres jesuítas

² Segundo Taunay (1954, p. 26), a taba de Tibiriçá ficava localizada onde hoje estão o largo e mosteiro São Bento.

responsáveis pela cristianização do Brasil tendo, inclusive, sido responsável pela criação da vila de Peruíbe, no litoral sul do estado de São Paulo. Contudo, Taunay (1954) afirma ser desconhecido o local desta construção provisória de Nóbrega, que data do ano de 1553. Tal sede de local incógnito, afirma o autor, teria sido base para o estabelecimento definitivo dos jesuítas no alto da colina histórica, no planalto de Piratininga, de local escolhido com todo cuidado:

Aí, a 25 de janeiro de 1554, dia consagrado pela Igreja à conversão do Apóstolo das Gentes, ocorreu a inesquecível cerimônia assinaladora da existência do novo Colégio de São Paulo, e primeira efeméride dos fastos paulistanos [...] Superior da Nova Missão era o Padre Manuel de Paiva, parente de João Ramalho. Coube-lhe celebrar o sacrifício incruento pelo qual, no mais tosco altar, abrigado por pequenos alpendres de palha, se encetou a vida piedosa e civilizada da dentro em poucos anos vila de São Paulo do Campo de Piratininga (TAUNAY, 1954, p. 25).

Ainda mais conciso, Menezes (1954, p. 7) conta que foi na véspera do Natal de 1553 que Manuel da Nóbrega enviou, de Salvador, os padres de sua Companhia para a Capitania de São Vicente e, em janeiro do ano seguinte, essa equipe de Jesuítas, sob a liderança do Padre Manuel de Paiva, subiu a serra “com mil dificuldades”, com o propósito de estabelecer um colégio no planalto de Piratininga, terra dos índios Tibiriçá e Caiubi. Menezes afirma que a missa solene, que batizaria a terra, seria celebrada por Paiva no dia de São Paulo.

Ao amanhecer do dia 25 [de janeiro de 1554], em que a Igreja comemora a Conversão de São Paulo, nos Campos de Piratininga, na colina sobranceira ao rio Tamandateí e ao ribeiro Anhangabaú, num altar improvisado sob uma casinha de palha, o padre Manuel de Paiva dizia a primeira missa. Foi uma missa solene, a que assistiram todos, entoando cânticos (MENEZES, 1954, p. 7).

Para Salgado (1976, p. 29), após o estabelecimento dos portugueses na Capitania de São Vicente, no ano de 1532, “era natural a idéia de penetrar no interior do País”, e avançar serra acima não era “propriamente uma aventura o devassamento”, pois o vilarejo de Santo André da Borda do Campo, habitado por João Ramalho e os índios das adjacências, dos caciques Tibiriçá e Caiubi, não eram hostis. Ademais, tal empreitada, afirma, era “um imperativo géo-político-espiritual”, embebido na responsabilidade que tinham de cristianizar os nativos brasileiros. Embora pareça seguro em sua leitura sobre a fundação de São Paulo, Salgado (1976) menciona diversas possibilidades para “os nascimentos” de São Paulo: o ano de 1532, com o povoamento de Piratininga; a data de 29 de agosto de 1553, e a presença de Nóbrega no solo de Piratininga; e o ano de 1560, quando há a incorporação de Santo André da

Borda do Campo à Vila de Piratininga. Contudo, na interpretação de Salgado, a data-marco também se sobressai: o padre Manuel de Paiva, com a presença do Padre José de Anchieta, oficializou o “ato litúrgico do batismo da terra, com a primeira missa dos campos de Piratininga, em 25 de janeiro de 1554” (SALGADO, 1976, p. 45).

Moraes, de forma mais transparente que os outros autores, afirma: “perderam-se na poeira dos séculos as minudências relativas aos primórdios da fundação do Campo de Piratininga” (1979, p. 11). Não só isso, mas “ocorre lembrar que os arquivos dos jesuítas de São Paulo foram incinerados [...] quando da lamentável expulsão verificada em 1640”, concluindo que a única concordância histórica é a de que os jesuítas, sob os nomes de Nóbrega, Paiva e Anchieta, foram os responsáveis pela fundação de São Paulo de Piratininga. Todavia, embora o autor seja jesuíta e lisonjeie seus antepassados, ele recorda que Martim Afonso havia fundado o povoado de Piratininga em outubro de 1552, ou seja, outro possível nascimento de São Paulo. No entanto, novamente, 25 de janeiro é a data que permanece.

Moraes enaltece a fundação de São Paulo, afirmando que é “sem dúvida, uma das mais belas e gloriosas páginas da História do Brasil, cujo contexto define os alicerces da nacionalidade” (1979, p. 11). O autor não poupa adjetivos para o “magno acontecimento”, para a “missa gratulatória”, “inolvidável padre” [Manuel de Paiva], “memorável episódio”, “eloqüente atestado de fé”, “louvada missão”, “admiráveis padres”, “gloriosa epopéia”, dentre outros. Segundo este autor, a missa de 25 de janeiro de 1554 foi celebrada por Paiva, na presença de Anchieta, João Ramalho, Tibiriçá, Caiubi, e numerosos índios.

Em uma visão mais recente, Lomonaco conta que os jesuítas, estabelecidos em São Vicente, resolveram desbravar o espaço serra acima porque o Padre Manoel da Nóbrega teria se sensibilizado com a dificuldade que as famílias de Piratininga tinham para visitar e levar alimentos aos estudantes do colégio de São Vicente: “preocupado [Nóbrega], o provincial decidiu transpor a serra” (2004, p. 116). Lomonaco também tem dúvidas quanto ao simbólico 25 de janeiro de 1554: “já não teria ali celebrado Nóbrega, no 29 de agosto anterior, quando fez solenemente os 50 catecúmenos?” (2004, p. 118). E para complicar ainda mais a possibilidade de acordo entre os historiadores, a autora não menciona o Padre Manoel de Paiva, mas apresenta o Padre José de Anchieta como fundador de São Paulo. E parece que, enquanto historiadora, Lomonaco também *cede* ao dia simbólico, afirmando que “no imaginário

social, a fundação da cidade projeta-se como um fato consagrado, com uma data precisa – o dia 25 de janeiro de 1554 – e um espaço concreto – a colina no topo da qual viria a se situar o Pátio do Colégio” (2004, p. 114).

Tanta simbologia gravita ao redor da data e do lugar da fundação de São Paulo, que não podemos aceitar a ideia de Morse de que “São Paulo teve duas fundações” (MORSE, 1970, p. 27), se referindo ao povoado de Santo André da Borda do Campo, em adição à “missão jesuítica e seu colégio, estabelecidos em 25 de janeiro de 1554 numa colina estratégica” (Id. Ibid.). Dia 25 de janeiro de 1554, um ponto luminoso no *continuum* tempo-espaço da vida do Pateo do Collegio e da cidade de São Paulo, a ponta de um *iceberg*, com diversas histórias submersas.

Ferreira (1975), Taunay (2004; 1954), Menezes (1954), Salgado (1976), Moraes (1979) e Lomonaco (2004): jesuítas e/ou historiadores, conhecedores e entusiasmados pelo Pateo do Collegio e São Paulo divergem ou questionam sobre a data e sobre o fundador da cidade, alguns mencionando personagens desse acontecimento que outros ocultam, alguns escrevendo sobre a facilidade que os jesuítas tiveram em sair de São Vicente até o alto da colina histórica, outros tratando o fato como aventura. Tudo isso, portanto, nos oferece múltiplos olhares sobre o lugar no passado, e sobre o passado do lugar.

Os colégios dos jesuítas no Pateo

No alto da colina estratégica, os jesuítas, com ajuda dos índios do cacique Tibiriçá, ergueram uma pobre casinha de pau-a-pique. Nas cartas de Anchieta, essa é a *paupercula domus*. O trecho a seguir, retirado dessas correspondências, tornou-se lugar comum na literatura sobre a história da cidade de São Paulo e a do próprio Pateo do Collegio; contudo, dado seu conteúdo afetivo e histórico, também precisamos reproduzi-lo:

De janeiro [de 1554] até o presente tempo [entre maio e setembro de 1554] permanecemos algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa [...] Os índios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa; mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, com o suor do nosso rosto e o auxílio dos índios [...] Já os meninos que freqüentam a escola, cujo ânimo não se abala expostos ao vento e ao frio, agora também, aquecendo-se ao calor da fogueira, em paupérrima e antiqüíssima, porém decerto, feliz cabanazinha, vemos que se aplicam à lição (ANCHIETA, 1933, p. 43).

Uma cabaninha feliz, escreveu Anchieta (1993) para expressar a relação afetuosa com o lugar. Essa descrição da vida na pequena construção dada pelo padre jesuíta ressoa com a poética da casa, muito bem delineada por Bachelard: “a casa é nosso canto do mundo, [...] o nosso primeiro universo” (BACHELARD, 1993, p. 24). Ainda, “mais que um centro de moradia, a casa natal é um centro de sonhos” (Id. Ibid.). Por isso, a visão do padre jesuíta é extremamente importante para o sentido do lugar: mesmo na *paupercula domus*, aqueles que lá habitavam encontraram seu sentido de pertencimento e de filiação com o lugar, não pelo conforto ou pela riqueza e ostentação, mas por causa do próprio lugar, que permite sonhar, e dos sentimentos de ser acolhido, protegido e de felicidade!

“Os escritores da **casinha humilde** evocam com freqüência esse elemento da poética do espaço”, afirmou Bachelard (1993, p. 24, grifo meu) e, dessa maneira, revela que o encanto com uma casinha não é somente a dos jesuítas nos primeiros dias do povoado de São Paulo de Piratininga, mas que esse encanto é compartilhado por todos que conseguem viver o sonho de um lar, seja construído entre paredes de cristal, seja coberto por palhas e acalentados por uma simples fogueira. É, portanto, na poética do espaço que encontramos o sentido de comunhão entre aqueles que batizaram São Paulo e o lugar escolhido, tal qual nos revela Salgado: “foi nessa *paupercula domo* que nasceu São Paulo, sob o signo da civilização cristã. Ali ensinou Anchieta a primeira lição do catecismo e da cartilha; ali se emplumou o pequenino burgo para o grandioso destino que o esperava; ali se escreveram as primeiras crônicas de uma história fabulosa” (1976, p. 73).

A poética de Bachelard (1993) explica que o sentido de casa ultrapassa as qualidades apreendidas pela geometria do espaço e pelas qualidades tangíveis. Por isso, a *paupercula domus* é o ninho da existência do Pateo do Collegio, sendo o lugar onde é possível recolher-se, estar consigo mesmo e redescobrir os sonhos... o ninho acolhe pela simplicidade. Talvez não seja mera coincidência que a cidade de São Paulo tenha nascido de uma simples cabaninha de pau-a-pique, porque, quando o acolhimento é total, nas palavras de Bachelard, “o que se vê da janela pertence à casa” (1993, p. 79). Do alto da colina, a futura cidade descortinava-se aos olhares daqueles que ali se assentaram, e descobriram o lugar como lar, e este lar como ninho... Saber onde São Paulo nasceu permite evitar a decepção vivida por Bachelard de descobrir um ninho “tarde demais” (1993, p. 106), e perder a oportunidade de ver o pai, a mãe e os filhotes. O ninho remete à infância, e a infância carrega sempre o sabor de descobrir o mundo.

Pouco mais de trezentos anos é o tempo que separa a primeira construção de Nóbrega, Anchieta e Tibiriçá dos desdobramentos históricos de São Paulo de Piratininga até a proclamação da república, no final do século XIX. Nesses três séculos, o lugar elegido pelos padres jesuítas teve sua construção central, colégio e igreja, feito e refeito algumas vezes, isto é, foi construído, abandonado, reformado e ampliado.

Vimos que logo nos primeiros anos de ocupação, a população deixara Santo André para viver no planalto de Piratininga. O lugar sofreu diversos ataques de povos indígenas de outras tribos, sobrevivendo graças aos esforços de Ramalho e Tibiriçá somados ao próprio lugar que, em forma de acrópole, permitia melhor defesa. Ainda, nesse mesmo recorte temporal, os jesuítas foram expulsos e retornaram ao lugar duas vezes, antes da definitiva extinção da Companhia de Jesus pelo Vaticano, na década de 1770. Depois de colégio e igreja, explica Amaral (1975, p. 77), o Pateo tornou-se casa dos capitães-gerais da capitania, permanecendo como residência de governadores do estado até o início do século XX. Sobre as transformações do lugar, Nardy Filho afirmou: “Foi, pois, essa igreja -palhoça, feita de pau a pique, coberta de palha, pequenina e aberta ao vento, a primeira Casa do Senhor que se ergue nestes campos de Piratininga” (1953, p. 97), explicando que “por sucessivas e sucessivas reformas e aumentos passou essa igreja, até que, em 1896, ameaçando ruína, foi demolida.

Para compreender o que aconteceu entre o batismo da terra, no ano de 1554 pelos jesuítas, e a demolição da igreja -palhoça nos primeiros anos de república, recorremos a Taunay (2004), Bruno (1991) e Morse (1970), historiadores que apresentam não apenas minuciosamente a trajetória histórica da cidade, como profundamente discutem suas implicações e repercussões sociais, econômicas e políticas. Para compreender o Pateo do Collegio enquanto lugar, precisamos entender a recíproca relação com a cidade que dele nasceu. Por isso, nos apropriamos dos densos tratados históricos e recuperamos, ainda que *en passant*, os momentos vividos pela cidade de São de Paulo, e seus reflexos no lugar.

Na literatura específica sobre o Pateo do Collegio, Salgado (1976) e Moraes (1979) são declaradamente jesuítas e, assim, apresentam pormenores da relação entre o lugar e a fé cristã – que achamos relevantes e pertinentes, embora não seja essa dimensão que nos conecta com o lugar. Enquanto Salgado (1976) oferece uma visão política em defesa da reconstrução do edifício demolido em 1896, Moraes (1979) apresenta cerca de 50 páginas com imagens de objetos

sacos, aquarelas do Pateo que datam do século XIX e fotografias da última grande reconfiguração do edifício, nos anos 1950 a 1970. Ainda, imagem de todas as fases do conjunto colégio-igreja dos jesuítas podem ser encontradas em fotografias no artigo de Lima (1999) e no livro de Donato (2008), ou até mesmo em desenhos, na belíssima obra de Terciano Torres (2004) na qual, por meio de ilustrações a bico-de-pena, o autor retrata as transformações na construção a cada data-marco importante: a celebração da missa inaugural, a construção da *paupercula domo*, a ampliação do colégio e da igreja, a primeira expulsão, a reforma e ampliação, a segunda expulsão, a demolição e, em cada gravura, uma leitura do contexto político e econômico.

Para compreensão biográfica do lugar, à luz da geofricidade, apresentamos nossa leitura a partir dessa extensa historiografia, cercando algumas datas-marco. Curiosamente, entre a *paupercula domus* e o início do período republicano, embora seja um período consideravelmente longo, ocupando mais de três séculos da vida do Pateo do Collegio e da evolução da vila de Piratininga à cidade de São Paulo, a literatura pouco se aprofunda nos acontecimentos. Praticamente unísono, o que os autores consideram mais relevante são as expulsões dos jesuítas do solo paulistano e as consequentes reformas no conjunto colégio-igreja. Taunay (1954, p. 19), ainda, constata que de 1554 até o ano de 1808 não foi recuperado nenhum documento topográfico do lugar, e os parcos escritos são as cartas dos próprios jesuítas. Vejamos, então, o que podemos apreender desses dois séculos de vida.

Passados dois anos da celebração da missa inaugural do dia 25 de janeiro de 1554, começava-se a formação do núcleo de Piratininga no entorno da igreja erguida pelos jesuítas, principalmente por causa da chegada de alguns habitantes vindos de Santo André. Assim, possivelmente melhor estabilizados no alto da colina histórica, e com uma população maior, os jesuítas iniciaram a construção de colégio e igreja definitivos, sobre projeto e supervisão do padre Afonso Brás, e mão de obra portuguesa e indígena. Segundo Carlos Lemos (1998, p. 25), a técnica escolhida pelo jesuíta foi a taipa de pilão, já que na própria região não havia pedras, calcários ou qualquer outro elemento para compor as paredes desse novo conjunto colégio-igreja, que substituiria a construção provisória e acolhedora da *paupercula domo*. Segundo Moraes (1979, p. 21), a nova edificação fora solenemente inaugurada no dia primeiro de novembro de 1556 – embora o próprio historiador afirme que não há documentos que a descrevam.

Explica Taunay (1954, p. 49) que a Vila Santo André da Borda do Campo, oficialmente criada no ano de 1553 por Tomé de Sousa, foi também oficialmente extinta por um alvará de Mem de Sá no ano de 1560, fazendo com que seus habitantes migrassem para o entorno do conjunto colégio-igreja dos jesuítas no planalto de Piratininga. O curioso é ler, na formação histórica de São Paulo revelada por Morse, que os habitantes de Santo André admiravam a “clarividência com que tinham escolhido uma posição estratégica” (1970, p. 29) e, portanto, teriam requerido ao governo sua transferência para Piratininga, a qual teria sido deferida em 1560. Bem, já sabemos que o autor se enganou quanto à *clarividência*, porque o Pateo não foi um lugar aleatoriamente encontrado, mas selecionado por causa de sua geografia. Quanto à migração de Santo André para o planalto de Piratininga, entre as dissonâncias apresentadas pelos dois historiadores, ficamos com a concordância: em **1560**, a população deixara Santo André para morar no alto da colina histórica, no burgo do colégio jesuíta.

Caminhando pela cronologia apresentada em sua historiografia, Taunay (1954, p. 26) escreve sobre a invasão da “Confederação dos Tamoios”, no ano de **1562**, e a defesa comandada por Tibiriçá. Moraes (1979, p. 22) também narra o caso da invasão do planalto pelos ataques ferozes dos Tamoios, mencionando que fora erguida uma muralha de pau-a-pique defendendo o pequeno burgo, além da “coragem de guerreiro” de Tibiriçá. Parece-nos que, ao tentar recuperar a historicidade do Pateo enquanto acrópole defensiva, muitas lacunas foram deixadas sem resposta pelos pesquisadores. No caso dessas investidas realizadas pelos nativos, vimos Menezes (1954, p. 19) inferindo que a população de Piratininga vivia receosa dos ataques, talvez porque os índios gostassem de mulheres brancas, talvez porque não admitissem invasão ao seu território. Menezes (1954) nada escreve sobre a muralha, mas conta sobre a invasão de 1562 como uma feroz agressão ao povoado do planalto de Piratininga, que fora cessada por conta da bravura de Tibiriçá. Já Terciano Torres, por sua vez, descreve em texto e imagem a paliçada, afirmando o seguinte:

Até 1590, ou seja, por quase trinta anos, há referências³ à muralha, seguidamente remendada após estragos feitos pelo homem e pelo tempo. Pouco a pouco, porém, o silêncio vai envolvendo a fortificação e, no fim do século, já não se fala mais nela (TORRES, 2004, s.p.).

³ Sentimos muito o fato de Terciano Torres (2004) não expressar suas referências bibliográficas ao longo de suas explicações sobre cada período do Pateo retratado em tela nos seus belíssimos desenhos. Pelo conteúdo e forma de escrita, acreditamos que o autor tenha se baseado em Taunay e Morse, mas há outros que não conseguimos reconhecer.

Outro episódio marcante nessa longa jornada histórica do lugar é a presença dos bandeirantes em São Paulo, desbravadores da terra, dos nativos e da busca por metais preciosos. E a história narra forte incompatibilidade entre esse grupo e os jesuítas que habitavam o colégio e a igreja no planalto paulistano, em especial no que tange a escravatura dos índios. Esse conflito ideológico resultaria em algumas cenas violentas entre 1611 e 1640, data da primeira expulsão dos jesuítas do solo paulistano. Segundo Menezes “só treze anos depois foram readmitidos, ficando o seu colégio e a igreja, durante todo este tempo, completamente abandonados” (1954, p. 9), o que levaria a ruína e desmoronamento do colégio e igreja erguidos em taipa de pilão, quase um século depois de sua inauguração.

Quando os jesuítas retornam ao planalto, em 1653, logo se dispuseram a obras de reconstrução e ampliação do que havia sido destruído pelo abandono; daí Moraes afirma que os jesuítas “trataram de eregir, sem mais tardança, um novo conjunto Igreja-Colégio, desprovido de atavios e ornatos onerosos, porém, sólido, amplo e funcional” (1979, p. 29). Apesar da vontade de ver sua igreja e colégio prontos, o historiador conta que as obras se arrastaram por quase cem anos até sua forma quase definitiva, sendo ampliada com a construção de uma ala perpendicular ao colégio, no ano de 1745.

Contudo, explica Salgado (1976, p. 93), por ordens do Marques de Pombal, os jesuítas são novamente expulsos de São Paulo, no ano de 1759⁴: “degredados e degradados pela terrível sentença de Roma, os filhos de Santo Inácio perderam tudo, menos a fé”. Assim, a partir de 1765, explica o autor, como o prédio do conjunto colégio-igreja era a melhor construção da vila, foi escolhido como residência dos governadores da capitania (depois província, depois Estado), abrigando dezenas de governadores ao longo desses anos. Quanto à construção, o historiador afirma que foi reconfigurada algumas vezes de acordo com o gosto e a necessidade do governo em exercício, desconfigurando-a. Para Lomonaco, o lugar tornava-se simbólico no processo de expulsão dos jesuítas, afirmando que “nada poderia evidenciar mais claramente esse processo do que a transformação do colégio dos jesuítas em residência dos Governadores da Capitania de São Paulo, a partir de 1765, insinuando ostensivamente a presença da Metrôpole” (2004, p. 122).

⁴ O Papa Clemente XIV extinguiu de vez a Companhia de Jesus no ano de 1773. Mais tarde, o Papa Pio VI a restauraria, em agosto de 1814. Informação disponível no sítio virtual da Companhia de Jesus no Brasil, <<http://interativo.jesuitasbrasil.org/timeline/>> Acesso em 10 mai. 2015.

Enquanto a edificação principal do Pateo era ocupada não mais pelo clero, mas, pelo poder administrativo da capitania e do Estado, ela também teve uma diversidade de funções sociais, mencionadas por vários e distintos autores. Para Donato, esse era o destino do lugar: “servir sempre e para muita coisa” (2008, p. 178). Vejamos. De acordo com o próprio Donato (2008, p. 158-159), no ano de 1730, foi instalada no Pateo, transferida de São Vicente para o Pateo para que ficasse sob supervisão do capitão-geral, a Casa de Fundição dos Reais Quintos, uma espécie de casa da moeda, cuja função era transformar metais, principalmente ouro e um tanto de prata, em barras e moedas. O autor explica que a Casa de Fundição foi aberta e fechada três vezes durante o período em que existiu, de acordo com a vontade de cada novo capitão-geral, até 1819. Ainda de acordo com Donato (2008, p. 179), ali também foi uma espécie de hospital, atendendo a “parcela mais humilde da população”, e também teatro, apesar de que “notícias de que existiu e funcionou saltam de crônicas esparsas em atas e noticiários”, tendo apenas três peças documentadas.

Também em uma nota informativa, bem resumida, Castro (1954) afirma que o lugar, além de hospital, também funcionou como farmácia para a população local, sem, contudo, precisar em que data isso ocorreu. Outros autores também fazem rápidas menções às funções diversificadas do local onde residiam os governantes, como Santos Filho (1975, p. 173), ao afirmar que foram realizados, “no Pátio do Colégio, em São Paulo, exames de cirurgia para a diplomação de cirurgiões-aprovados”. Leite (1975, p. 74) escreve sobre a sessão solene do dia 25 de agosto de 1770, na qual o capitão-geral Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, “amante da alta cultura histórica”, na qual os letrados inauguram a Academia dos Felizes, que era a reunião de “letrados religiosos e civis”. Savelli (1975, p. 199), por sua vez, escreve sobre o Pateo como um lugar predestinado “às manifestações essenciais do envolver paulistano”, recuperando suas funções como primeiro centro religioso, primeiro colégio, primeiro centro administrativo, e primeiro teatro ao ser criado, no ano de 1832, a Casa de Ópera no subsolo do edifício principal do Pateo, tornando um lugar de cultura e de frequência de autoridades e, pouco mais tarde, dos acadêmicos da Faculdade de Direito que seria fundada em 1827.

E ratificando as afirmações sobre a carência de documentos iconográficos, não há nenhum registro imagético sobre todo esse período, que vai do batismo da terra, passando pelas construções e reconstruções dos três conjuntos colégio-igreja no mesmo local, e abordando as expulsões dos jesuítas até a tomada definitiva do lugar e da construção pelo governo da capitania.

Considerações finais

O que apreendemos desta revista pela historicidade e geograficidade do Pateo é que, independentemente de um motivo *verdadeiro* que tenha incitado o deslocamento dos jesuítas de São Vicente até o alto da colina no planalto de Piratininga, observamos em sua memória documentada uma “vontade intrépida de correr o mundo” apresentada por Dardel (2011), ou seja, uma vontade de conhecer o espaço desconhecido, de se aventurar sobre novas paisagens e ampliar seu elo com o mundo que acolhe, abriga e transforma... O local e a acentuada presença da fé religiosa são outras duas concordâncias sobre a fundação de São Paulo. Como bem argumenta Lopes, “a catequese foi, pois, a origem não apenas da fundação de São Paulo, mas também de sua função urbana” (1988, p. 16).

Tempo e espaço juntos no estabelecimento de uma poderosa insígnia na vida cultural paulistana, que marcam o lugar com elementos concretos e simbólicos que ajudam a entender suas transformações morfológicas e culturais, desde sua ocupação inicial, e também a compreender melhor alguns elos afetivos que ali se estabelecem. Nessa emblemática locação, a fé cristã dos jesuítas conviveu com colonos portugueses e com nativos, transformando sua vida, cultura e identidade, modificando, simultaneamente, a primitiva locação habitada pelos índios, e por ela sendo influenciada. Nem o tempo nem a cultura apagam essas marcas; pelo contrário, mantém vivas essas relações Homem-Terra, mesmo que obscurecidas ou ocultadas pelos artefatos e pela história documentada, seu espaço construído e/ou seus elementos simbólicos revelam seus significados, às vezes até os mais misteriosos. Ao final, espera-se que o Pateo do Collegio, ao mesmo tempo em que guarda a história da metrópole em seus aspectos construídos, simbólicos e telúrico, seja compreendido como coração vivo dessa metrópole.

Referências

- AB’SABER, A. N. *O que é ser geógrafo: memórias profissionais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- AB’SABER, A. N. *São Paulo: ensaios entreveros*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004a.
- AB’SABER, A. N. Os solos de Piratininga. In: BUENO, E. (Org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004b. p. 23-52.

- ALVES, H. L. Pátio do colégio: ainda e sempre. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187 p. 63-71, 1975.
- AMARAL, A. B. Onde moravam os capitães-generais de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187, p. 77-81, 1975.
- ANCHIETA, J. *Cartas* (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Trad. Antonio P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (Org.) *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 19-32.
- BRUNO, E. S. *História e tradições da Cidade de São Paulo*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1991
- BUENO, E. Os nascimentos de São Paulo. In: BUENO, E. (Org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 7-21.
- CASTRO, F. P. de. *O Pátio do colégio: resumo histórico e projeto de reconstrução: opúsculo de simples divulgação*. São Paulo: Reis, Cardoso, Batelho & Cia, 1954.
- CORDEIRO, J. P. L. A fundação de São Paulo. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *São Paulo em quatro séculos*. São Paulo: IHGSP, 1953, p. 41-48.
- DARDEL, E. *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DONATO, H. *Pátio do colégio: coração de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2008, 273 p.
- FERREIRA, T. L. Fundação de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187, p. 9-17, 1975.
- FERREIRA, T. L. *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*. São Paulo: Casper, 1953.
- GEORGE, P. *A ação do homem*. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo: Difel, 1971.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEITE, A. O Colégio dos jesuítas. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187, p. 73-76, 1975.
- LEMOES, C. A. C. Os bicos-de-pena. In: LOPES, C. S. T. *São Paulo de ontem*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 25.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- LIMA, S. F. Pátio do colégio, largo do palácio. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6-7, n. 1, p. 61-82, 1999.
- LOMONACO, M. A. O Pátio do colégio: um lugar de muitas memórias. In: BUENO, E. (Org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 113-143.
- LOPES, H. Q. F. São Paulo: 1862-1920. In: LOPES, C. S. T. *São Paulo de ontem*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, p. 15-23.

- MARANDOLA JR, E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-248.
- MENEZES, R. *Aconteceu no velho São Paulo...* São Paulo: Saraiva, 1954.
- MORAES, G. D. *A igreja e o colégio dos jesuítas de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura, 1979.
- MORSE, R. *Formação histórica da São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. Trad. Neil R. Silva. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1965.
- NARDY FILHO, F. As antigas igrejas de São Paulo. In: IHGSP. *São Paulo em quatro séculos*. São Paulo: IHGSP, 1953. p. 97-116.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, L. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.
- OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental. In: SANTOS, D. G. dos; NUCCI, J. C. (Org.) *Paisagens geográficas: um tributo a Felisberto Cavalheiro*. Campo Mourão: FECILCAM, 2009. p.152-162.
- PREZIA, B. Os indígenas do planalto paulista. In: BUENO, E. (Org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 53-84.
- RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. Trad. Eduardo Marandola Jr. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.) *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.
- SALGADO, C. *Pátio do colégio: história de uma igreja e de uma escola*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1976.
- SANTOS FILHO, L. C. Exame de cirurgia no Pátio do colégio. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187, p. 173-178, 1975.
- SAVELLI, M. A casa da ópera. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 37, v. 187, p. 199-204, 1975.
- TAUNAY, A. E. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- TAUNAY, A. E. *Velho São Paulo: Colégio – Sé – Paço*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- TORRES, T. *Pátio do colégio: uma história ilustrada a bico-de-pena*. São Paulo: Globo, 2004.
- TUAN, Y. Geografia Humanística. Trad. Maria H. Queiroz. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) *Perspectivas da Geografia*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.